



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Lei Provincial nº 2407 de 05/11/1877 – Área 628,318 km<sup>2</sup> – Altitude 612 metros – CNPJ 18.385.088/0001-72

Ofício nº: 11/2021/PMM/GP

Manhuaçu(MG), 19 de janeiro de 2021

**Exmo. Sr. Vereador**  
**CLEBER DA PENHA BENFICA**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal de**  
**MANHUAÇU-MINAS GERAIS**

**Assunto:** PROJETO DE LEI

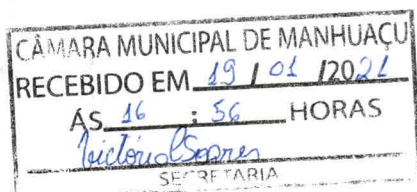
Senhor Presidente,


Cumprimentando-o cordialmente, vimos à presença de Vossa Excelência para enviar o Projeto de Lei que altera os artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 3.560, de 22 de dezembro de 2015.

Desta forma, solicitamos especial atenção de Vossa Excelência ao presente expediente, dada a urgência da medida nos termos da mensagem anexa.

Na oportunidade, reiteramos protestos da mais alta estima e distinta consideração e nos colocamos à disposição para novos esclarecimentos caso necessário.

Atenciosamente



  
**Dr. Ronaldo Garcia Marques**  
OAB/MG 43.317  
Procurador Geral do Município



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

PROJETO DE LEI Nº.... DE 14 DE JANEIRO DO ANO DE 2021.

**"Altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 3.560, de 22 de dezembro de 2015 e contém outras providencias"**

O Povo do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal decreta:

**Art. 1º.** O artigo 1º e 2º da Lei Municipal nº 3.560, de 22 de dezembro de 2015, alterado pelas Leis nº 3.786/2017, nº 3.899/2018 e nº 4.009/2019, passarão a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 1º. Fica o poder executivo Municipal autorizado a contratar temporariamente, em caráter emergencial e por excepcional interesse público, em conformidade com o inciso IX, do art. 37, da Constituição da República, os seguintes servidores:***

***I – 60 (sessenta) médicos plantonistas, dos quais até o número de 14 (quatorze) poderão ser médicos com especialidade em pediatria;***

***II – 10 (dez) médicos com especialidade em ortopedia;***

***III – 02 (dois) cirurgiões buco-maxilo-facial.***

***Parágrafo único. Os servidores mencionados neste artigo prestarão serviços exclusivamente no HOSPITAL MUNICIPAL e suas unidades, com teto mensal de 270 (duzentos e setenta) horas, em regime de escala de plantão elaborada pelo Diretor Clínico do Hospital Municipal.***

***"Art. 2º. As contratações decorrentes desta Lei poderão ser prorrogadas até 31 de dezembro de 2021."***

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de janeiro do ano de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Manhuaçu, 14 de janeiro de 2021.

  
**MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS**  
**Prefeita Municipal**

CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUAÇU
RECEBIDO EM <u>19 / 01 / 2021</u>
ÀS <u>16</u> : <u>56</u> HORAS
<u>Victorval Soares</u>
SECRETARIA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Lei Provincial nº 2407 de 05/11/1877 – Área 628,318 km<sup>2</sup> – Altitude 612 metros – CNPJ 18.385.088/0001-72

## JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº.... DE ..... DE JANEIRO DO ANO DE 2021.

O presente Projeto de Lei que ora enviamos à apreciação de V. Exas., “Altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 3.560, de 22 de setembro de 2015” e demais Leis alteradoras.

Aqui se busca a alteração das Leis nº 3.786/2017, nº 3.899/2018, nº 4.009/2019 que prorrogaram os prazos anteriormente fixados.

Com o advento do Hospital Municipal estaremos proporcionando o atendimento 24 horas em todos os dias da semana.

Noutro norte, não haverá aumento de gastos, visto que as alterações visam dar maior flexibilidade ao trabalho dos profissionais contratados, redistribuindo a mesma escala mensal.

O projeto visa permitir uma grande economia aos cofres públicos, evitando a realização de novo processo seletivo para a contratação dos profissionais, já aptos e experientes na prestação dos respectivos serviços, além de atender à eventuais vagas que porventura surgirem no decorrer do ano de 2021.

Por não se tratar de projeto de alta indagação e tendo em visto seu caráter emergencial, resta-nos solicitar aos Nobre Edis a colaboração pretendida, aprovando o presente na sua íntegra.

Por conseguinte, requer-se, dada a natureza essencial e contínua das atividades objeto deste Projeto de Lei, a análise em regime de urgência especial fundamentado no art. 60 da Lei Orgânica do Município de Manhuaçu/MG.

  
**MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS**  
**PREFEITA MUNICIPAL**